



# atravessamentos

Conheça nosso blog!


## Sobre nós

O portal **Atravessamentos** é um projeto culminante da pesquisa de mestrado intitulada **"A diversidade como elemento estruturante para a Formação Humana Integral"**. Nosso propósito é trazer a diversidade para o centro do debate, a partir de uma perspectiva crítica e integradora. A escolha pelo nome **atravessamentos** não se deu aleatoriamente, mas sim como uma forma de chamar a atenção para o fato de que todos nós estamos multiplamente atravessados por inúmeros marcadores sociais de classe, raça, sexualidade, gênero e corpo, dentre outros. É através dessas características que vamos formando nossa subjetividade e nos identificando como sujeitos de fala e de direitos. **Somos, sejamos, possamos ser!**




Leonardo Bezerra


## Eixos balizadores




Gênero



Étnico-racial



Sexualidade



Funcional

## Diversidade e Educação



A educação é principal forma de transformação social. A partir do momento que a escola reflete a sociedade é preciso que façamos o caminho reverso, de modo que possamos levar para fora dos muros escolares novas formas de entender a dinâmica social e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Compreender a diversidade humana, a partir de sua abordagem no currículo escolar e de práticas pedagógicas inclusivas e integrativas não apenas torna o espaço escolar um local acolhedor, como permite a toda a comunidade escolar a ampliação do seu horizonte formativo, além do combate a práticas discriminatórias nos ambientes intra e extraescolar.

Saiba mais +

## Diversidade e Formação Humana Integral

A diversidade está para a educação como os livros estão para uma biblioteca. O que vai determinar a riqueza de ambas é justamente sua pluralidade e os conhecimentos que a elas se pode agregar. Mas para tanto, a diversidade e as bibliotecas precisam ser valorizadas! A melhor forma de ter a diversidade como uma fonte de conhecimento é tomando-a em posição central no processo educativo. Vislumbramos na Formação Humana Integral um caminho extremamente poderoso de agregar a diversidade à perspectiva educacional que valoriza a formação a partir de todos os pilares que compõem o saber historicamente produzido pela humanidade. A sustentação filosófica da Formação Humana Integral é justamente preparar os educandos para uma formação plena que permita que desempenhem integralmente e criticamente seus papéis na sociedade, seja no âmbito profissional, seja no âmbito social.



Saiba mais +

### Ouçá



### Leia



### Veja



## Fale com a gente



Nome

E-mail

Mensagem

ENVIAR

Fique ligado! Se inscreva.

ENVIAR

Total de Visitantes: 101



Sobre o autor



Leonardo Bezerra





# Nosso blog



escolavirtual.gov.br

## Curso de Libras gratuito e com certificado

Curso de Libras on-line oferecido pela Escola Virtual do Governo (EV.G). O curso é gratuito.

[LEIA MAIS »](#)

26 de julho de 2022



## É hora de falarmos sobre o capacitismo

O termo capacitismo tem se tornado cada vez mais comum no cotidiano das pessoas. Sejam

[LEIA MAIS »](#)

26 de julho de 2022



## Dica de Leitura: Sobre o autoritarismo brasileiro

A autora Lília M. Schawrcz apresenta de maneira clara e acessível como a construção narrativa da história brasileira contada sob a ótica de um povo pacífico e tolerante mascara um passado de violência e escravidão que reverbera até os dias de hoje no Brasil.

[LEIA MAIS »](#)

26 de julho de 2022

Pesquise aqui:

Pesquisar...



Outras postagens:



escolavirtual.gov.br

## Curso de Libras gratuito e com certificado

26 de julho de 2022



## É hora de falarmos sobre o capacitismo

26 de julho de 2022



## Dica de Leitura: Sobre o autoritarismo brasileiro

26 de julho de 2022



## Dica de documentário: Carta Para Além dos Muros

A trajetória do vírus HIV e da AIDS no imaginário brasileiro, abordando desde a epidemia, com milhares de vítimas especialmente nos anos 1980 e 1990, até a atualidade em que ainda persistem os preconceitos. Médicos, personalidades, políticos, pessoas que convivem com o vírus e representantes de movimentos sociais refletem sobre a evolução dos tratamentos e os estigmas ainda persistentes.

[LEIA MAIS »](#)

25 de julho de 2022



## História do Movimento LGBTQIA+ no Brasil

Aqui apresentamos uma pequena síntese histórica do movimento LGBTQIA+ no Brasil. O texto é uma

[LEIA MAIS »](#)

25 de julho de 2022



## 25 de julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha é momento de reconhecer que as nossas irmãs escravizadas, como nós na atualidade, buscaram liberdade.

[LEIA MAIS »](#)

25 de julho de 2022

« Anterior 1 2 Seguinte »

Fique ligado! Se inscreva.

Nome

E-mail

ENVIAR

Total de Visitantes: 305



Sobre o autor



Leonardo Bezerra





# Gênero

## A Diversidade de Gênero

Segundo a pesquisadora Guacira Lopes Louro, a ascensão do termo “gênero” ocorre a partir da atuação de feministas anglo-saxãs que passaram a utilizar o termo como contraposição a terminologia “sexo”, de modo que os fatores sociais relacionados à construção do gênero, em contraposição ao determinismo biológico presente no conceito de sexo. A construção do gênero enquanto produto do meio e das interações sociais, depurado a partir das subjetividades às quais todos nós somos dotados permite que tragamos ao debate acerca da diversidade de gênero os aspectos históricos, políticos, econômicos, religiosos e culturais que permeiam em fenômeno social.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, e que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante como a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino.



**Judith Butler**  
Filósofa



É através dessa visão de que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros que se busca suplantar os determinismos e generalizações quanto ao que pertence ao homem e ao que pertence a mulher. Segundo Reis (2015), historicamente há uma tendência de submissão da mulher perante o homem, visto que a este são atribuídas características tidas como superiores, tanto físicas quanto psicológicas. Ao homem a racionalidade (qualidade superior), à mulher a passionalidade e a passividade (qualidades tidas como inferiores).

**Leonardo Bezerra**  
Mestrando em EPT

A principal consequência da valorização e atribuição de certas características ao “perfil masculino” ou, em outros termos, o machismo propriamente dito, é o distanciamento das mulheres dos espaços de fala e tomada de decisão. Há ainda um outro conceito que permeia as discussões acerca dos gêneros que é o de misoginia, esse difere do machismo por direcionar suas percepções e ações a través da aversão e desprezo aos “elementos femininos”. Muito embora tenhamos avançado nos últimos anos em aspectos relacionados à igualdade de gênero, a ascensão dessas pautas atrai as atenções dos movimentos reacionários que visam a manutenção do modelo patriarcal, apegando-se em argumentos de cunho biológico, religioso e cultural que somente contribui para o reforço dos privilégios que a sociedade ainda reserva aos homens, principalmente aos brancos, heterossexuais e abastados. É de interesse, portanto, dos grupos conservadores que a discussão acerca do gênero seja restringida aos aspectos biológicos, a partir do controle dos corpos, no que o filósofo francês Michel Foucault denominaria de biopoder. Como forma de tentar sustar o debate sobre as pautas relacionadas à diversidade de gênero surgem no debate público concepções deturpadas de conceitos como “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” que são, na verdade, mecanismos de instauração do pânico moral adotados por grupos de extrema direita.



Fique ligado! Se inscreva.

Nome

E-mail

ENVIAR

Total de Visitantes: 8



Sobre o autor



Leonardo Bezerra





# Étnico-racial

## A Diversidade Étnico-Racial

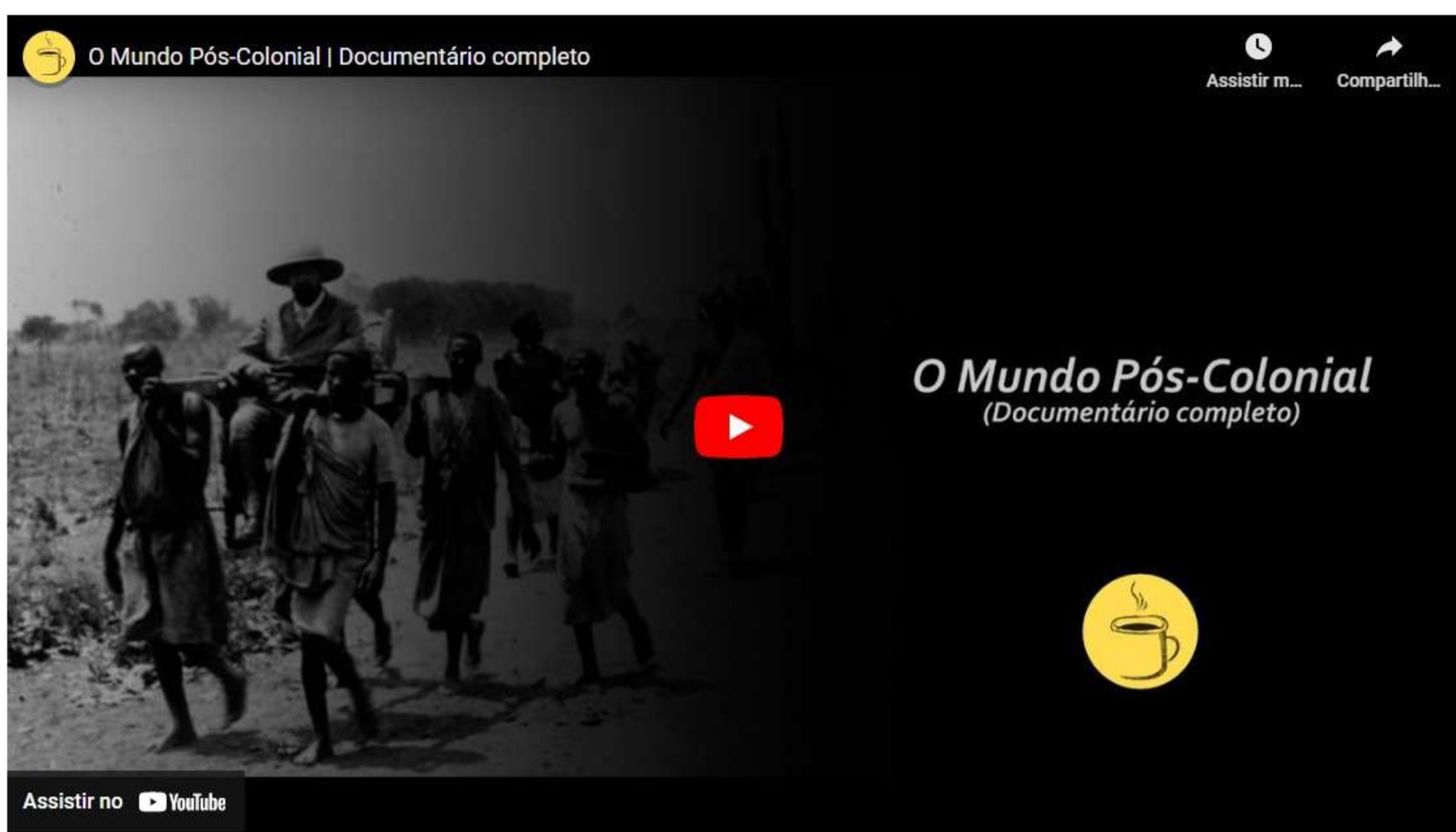
A diversidade étnico-racial, muito além das belas gravuras de livros ou das que aparecem como resultado de buscas no Google Imagens, apresenta um viés histórico marcado por relações de dominação. Essas relações de dominação adentram os séculos, estão presentes no surgimento e no declínio de grandes impérios e tem em sua vertente contemporânea as marcas do processo colonial moderno, destacadamente aquele ocorrido na partir da Era dos Descobrimentos, onde podemos ressaltar o papel dos impérios Português, Espanhol, Francês, Inglês, Belga e Holandês como exemplos das expansões colonialistas ocorridas a partir do século XV e alcançando sua maturação plena no século XX.

Esse modelo colonial ficou marcado não só pelo encontro entre civilizações distantes entre si no globo, mas principalmente pela opressão, exploração, servidão e deslegitimação aos quais os povos colonizados foram submetidos. O fim desse modelo de colonialismo não foi o suficiente para reparar seus efeitos ou mesmo superá-los. O pós-colonialismo marca apenas a transição de um modelo de aplicação do poder para outro.

O "pós-colonial" não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o "pós-colonial" marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. (Hall, 1996a). Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do "alto" período colonial, persistem no pós-colonial. Contudo, essas relações estão resumidas em uma nova configuração. No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas como contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo.



Stuart Hall  
Filósofo



Quando analisamos o contexto brasileiro percebemos que o processo de colonização teve como um dos seus pilares a escravidão, tanto a indígena, em um grau menor, como a dos negros africanos e seus descendentes em larga escala. O abolição da escravidão no Brasil não foi acompanhada de medidas de reparação de danos para a população negra que, por consequência, foi historicamente marginalizada e estigmatizada. A falta de uma reforma agrária que desse acesso aos meios de produção pelo povo outrora escravizado, associada ao preconceito étnico-racial construído e consolidado a partir da visão eurocêntrica foram alguns dos importantes fatores que cunharam o racismo estrutural no país e que, moldado aos tempos atuais, persiste na contemporaneidade. Essa relação desbalanceada que colocava a figura do colonizador em posição hierárquica superior aos povos colonizados é uma das bases da ideia de **branquitude**, ou seja, as características inerentes aos ditos "superiores" passa a ser uma meta a ser perseguida, um ideal a ser atingido. As consequências mais graves desse processo de branquitude são a legitimação da dominação econômica, política, social e cultural infringida sobre os povos subalternizados e a desvalorização e corrosão das identidades raciais e culturais que se distanciam desse padrão.

Por mais que esse contexto seja nítido, uma vez que não é necessário muito esforço para percebermos como a branquitude ainda é um padrão dominante no e o racismo estrutural é vigente e vigoroso, haja vista as peças publicitárias construídas em maioria por pessoas brancas ou com representação mínima de outros grupos étnico-raciais, a configuração da representação racial do Congresso Brasileiro ou a quantidade de negros em posições de comando nas grandes empresas do Brasil, dentre outros exemplos explícitos que podemos citar, houve no país a tentativa de disseminar uma ideia de democracia racial, pautada a partir da construção de uma "identidade nacional", onde as três raças (os brancos, os negros e os indígenas) convivem harmonicamente e sem maiores conflitos entre si.



Reconhecer que o Brasil é um país plural significa, acima de tudo, pensarmos como essa pluralidade foi construída e de que maneira a engrenagem dessa pluralidade movimenta a nossa dinâmica social. É preciso que pensemos em estratégias que permitam a inclusão e integração dos povos historicamente subalternizados, dando-lhes condições práticas, de cunho social, político e econômico, de ingressarem nos espaços públicos, nas universidades, na representação política, nos postos de poder e de decisão. A representatividade funciona como uma ideia, um conceito, uma perspectiva, na qual aquele que se vê representado pode vislumbrar a possibilidade de ascensão social, de transformação do seu meio social e do efetivo exercício da cidadania. No Brasil podemos destacar a política de cotas como uma dessas estratégias que, ao longo dos anos, vem permitindo uma reconfiguração da sociedade ao conferir a possibilidade de reparação histórica em prol de grupos subalternizados. Obviamente, trata-se de um processo lento e que demanda uma desconstrução e reconstrução de dentro para fora das relações de poder presentes na sociedade, que opõe-se diariamente a ordem política e econômica hegemônica e que desperta às mais fortes objeções dos grupos reacionários do país.



Fique ligado! Se inscreva.


Sobre o autor

Leonardo Bezerra

[Twitter](#) [ID](#)



# Sexualidade

## A Diversidade Sexual

As diversidades de gênero e sexual apresentam alguns traços em comum, principalmente no que diz respeito ao contexto histórico. Podemos citar, por exemplo, a ideia de supremacia do masculino sobre o feminino como um desses pilares que atingem tanto a homens como mulheres. Na Grécia Antiga, principalmente a partir das ideias de Platão e Aristóteles, havia uma tendência de valorização da racionalidade, de tal modo que as questões de cunho emocional e sexual deviam ser postas em segundo plano. A partir daí houve um processo de estigmatização do ato sexual e de inferiorização da mulher, sendo que esse processo atravessou os séculos e os continentes, a ponto de ser incorporado pelo mundo ocidental e persistindo até os dias atuais.

Ao longo desse processo de estigmatização do sexo podemos perceber como a absorção do debate acerca da sexualidade pelo cristianismo acabou por conceber o sexo como um mecanismo estritamente reprodutivo. O prazer sexual, portanto, era algo que deveria ser abdicado. Pensar o sexo sobre o ponto de vista reprodutivo significaria, também, a recusa de qualquer manifestação sexual que se defrontasse com esse objetivo, de tal modo que práticas como a masturbação, sexo homossexual e práticas contraceptivas, dentre outras, iriam contra os desígnios de Deus e deveriam ser rechaçadas. É nesse contexto histórico que as orientações sexuais e identidades de gênero divergentes do padrão heteronormativo são controladas socialmente e marginalizadas, discriminadas e violentadas.



Contemporaneamente, o termo homofobia é utilizado sinteticamente para se referir a discriminação sofrida por gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais e demais grupos heterodivergentes. É importante ressaltar que esses grupos, por mais que se articulem entre si, possuem demandas e pautas específicas que caracterizam suas lutas, razão pela qual vemos o acrônimo LGBTQIAP+ sofrer tantas variações ao longo do tempo.

No Brasil os grupos conservadores impõem muitas barreiras ao avanço dos direitos da comunidade LGBTQIAP+, sendo que as maiores conquistas de direitos da comunidade se deram no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, tendo o Poder Legislativo assumido uma postura morosa e restritiva na maioria de sua composição no que se refere à aprovação de leis que beneficiem as minorias sexuais.



Fique ligado! Se inscreva.

Nome

E-mail

ENVIAR

Total de Visitantes: 6

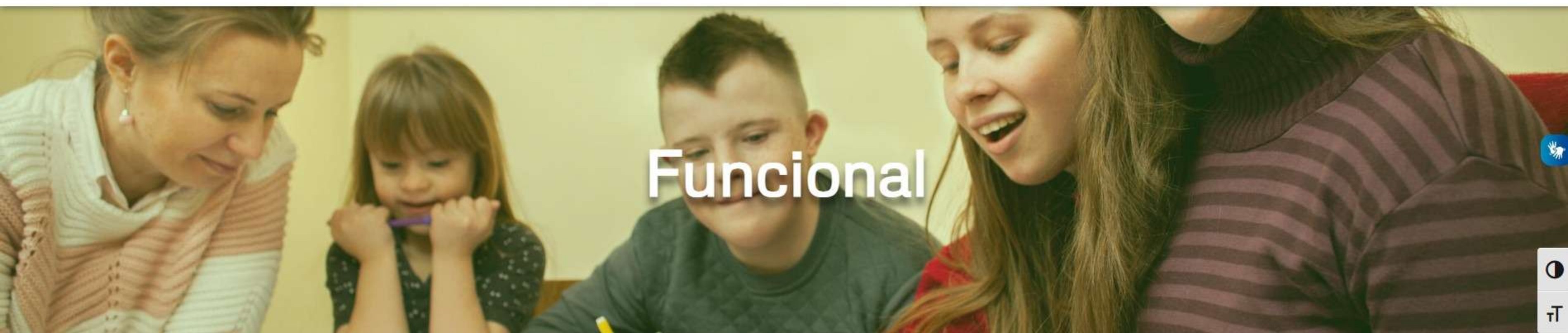


Sobre o autor



Leonardo Bezerra





# Funcional

## A Diversidade Funcional

A diversidade funcional está relacionada mais intimamente com as pessoas com deficiência, embora essa recente terminologia envolva, por exemplo, pessoas idosas ou com doenças crônicas, por exemplo, de modo a destacar como os corpos são funcionalmente distintos e que cada corpo possui suas capacidades. No caso das pessoas com deficiência o que percebemos é que a sociedade passou por um processo de transição (ainda em consolidação) de um paradigma médico da deficiência que destina ações terapêuticas a essa população para um paradigma social da deficiência que foca na superação das condições sociais que impõe múltiplas barreiras à inclusão e integração das pessoas com deficiência.



Os estudos sobre deficiência compartilham algumas características com o movimento feminista, de modo que podemos realizar uma análise interseccional.

Os estudos sobre deficiência partem do mesmo pressuposto político e teórico do feminismo - o de que a desigualdade e a opressão contra grupos vulneráveis devem ser combatidas e porque o início da estruturação dos estudos sobre deficiência pautou-se largamente no modelo analítico dos estudos de gênero que supunham a diferenciação entre sexo (natureza) e gênero (social), o que, no campo da deficiência, passou a ser compreendido como a diferença entre lesão (natureza) e deficiência (social)

 **Débora Diniz**  
Antropóloga

Em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Segundo o Governo Federal a LBI consistem em um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Uma das principais características da LBI é a conceituação de deficiência à luz da legislação brasileira:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**Estatuto da Pessoa com Deficiência**



Fique ligado! Se inscreva.

Nome

E-mail

**ENVIAR**

Total de Visitantes: 5



Sobre o autor



Leonardo Bezerra





# Diversidade e Educação



## Diversidade e Educação

A educação é principal forma de transformação social. A partir do momento que a escola reflete a sociedade é preciso que façamos o caminho reverso, de modo que possamos levar para fora dos muros escolares novas formas de entender a dinâmica social e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Compreender a diversidade humana, a partir de sua abordagem no currículo escolar e de práticas pedagógicas inclusivas e integrativas não apenas torna o espaço escolar um local acolhedor, como permite a toda a comunidade escolar a ampliação do seu horizonte formativo, além do combate a práticas discriminatórias nos ambientes intra e extraescolar.



No contexto socioeconômico do neoliberalismo as principais instituições sociais são cooptadas para reproduzirem mecanismo de sustentação do modelo econômico vigente. A escola, como seria de se esperar, não está alheia a essas influências, de tal modo que muitas vezes a formação oferecida na escola não vislumbra a transformação social, mas sim a perpetuação das estruturas que compõem a engrenagem social. O neoliberalismo, contudo, é um sistema contraditório e é a partir da exploração dessas contradições que podemos almejar a construção de um novo modelo social que seja inclusivo e integrativo. A escola, se comprometida com um modelo formativo transformador e não meramente reprodutivista, tem enorme potencial com esse processo de reconstrução social, apropriando-se das contradições do sistema capitalista e oferecendo uma formação emancipadora.

A diversidade na escola é um tema muito presente nos dias atuais, sendo que muitas vezes é posta sob a ótica do multiculturalismo. A vertente multicultural tem seus méritos, contudo é necessário a compreensão que o multiculturalismo sob a retórica neoliberal tem como pauta principal a valorização das pluralidade cultural, sem um compromisso maior em fornecer os subsídios para que possamos conhecer e problematizar as construções das diferenças, além de pregar uma ideia de tolerância que mais se assemelha a um modelo de hierarquia cultural. É preciso que repensem esse modelo a partir de uma ótica interculturalista crítica, que tenha seu foco na horizontalidade das relações sociais e na pluralidade dos sujeitos envolvidos, além de promover o debate e contextualização histórica da origem das diferenças e das desigualdades que delas decorrem e podemos observar na sociedade. Nesse modelo o conflito é consequência natural bem-vinda e funciona como uma etapa de transição para um novo modelo de integração social.



Algumas medidas são necessárias para que possamos implementar esse modelo de educação inclusiva e integrativa. De início é preciso que pensemos a escola como um espaço acolhedor, onde toda a comunidade escolar possa se sentir acolhida. Essa medida não é de implementação instantânea e requer que os ambientes escolares sejam planejados e readequados visando a garantir a acessibilidade dos alunos e profissionais da educação com deficiência. Também é necessária a capacitação dos profissionais que atuam nas instituições escolares (professores, servidores, terceirizados e demais colaboradores) para que saibam lidar com as diferenças existentes no ambiente educacional, garantindo o respeito a cada indivíduo e garantindo o direito de expressão de sua subjetividade sem cerceamentos ou repressões.

Durante o processo formativo é necessário e fundamental que o currículo ofertado seja construído a partir do reconhecimento e valorização das diferenças, bem como estabeleça uma sólida formação histórica, sociológica, antropológica e filosófica sobre a diversidade humana. Incluir não é o mesmo que integrar, abordar o tema sem conhecer o porquê dessa abordagem é uma ação reprodutivista e folclorizar não é respeitar e nem valorizar. Precisamos, portanto, todos os discentes tenham a oportunidade de conhecer, questionar e problematizar, a partir do que observam hoje em termos de pluralidade e desigualdade, as origens das diferenças, da composição social, da representação política e econômica, dos símbolos midiáticos, das lideranças, da cultura hegemônica, do mercado de trabalho, da violência urbana, da tradição moral e da distribuição demográfica.

No Brasil os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Curricular Comum dispõem sobre a organização curricular no ensino básico. Há despeito das críticas que podem ser tecidas a esses instrumentos, como sua estruturação a partir de um viés mais reprodutivista e tecnicista, temos que esses documentos determinam que a temática da diversidade, a partir de eixos como pluralidade cultural, gênero, sexualidade, raça e etnia estejam inseridos no currículo e abordados durante o processo formativo dos alunos. Devemos, também, citar as Diretrizes Curriculares Nacionais que ao longo dos anos e de suas versões, apresentou uma evolução no que concerne à abordagem da diversidade na educação.



A inclusão do tema diversidade no espaço escolar segue uma tendência internacional e, no caso brasileiro, tem acumulado inúmeras medidas e programas ao longo dos anos. As políticas públicas relacionadas à diversidade surge em um contexto de crescente interesse internacional acerca dessa temática, destacando o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como uma das principais fiadoras desse debate.

Em 1995 a UNESCO lançou o texto Nossa Diversidade Criadora, sugerindo novas relações da temática da diversidade com os programas de desenvolvimento. Em anos posteriores, notadamente 1998 e 2001, respectivamente, a UNESCO incluiu a temática da diversidade em seu Plano de Ação Anual e publicou uma Declaração Universal sobre o tema, destacando a necessidade que se promova o diálogo entre os povos. O modelo defendido pela UNESCO, contudo, é passível de críticas. Podemos citar o seu caráter meramente conciliador e apaziguador que, como principal consequência, nos leva a invisibilizar lutas e conflitos históricos que sustentam um modelo de desigualdade social e violência. O simples elogio a diversidade não é capaz de mobilizar ações pela transformação social.

A partir dos anos 2000, acentadamente a partir do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a temática da diversidade passou a ocupar uma posição de destaque. A aproximação do governo com movimentos sociais e organizações não-governamentais, somado à adesão do país a acordos e convenções internacionais, propiciou um terreno fértil para a centralização em torno da diversidade, sendo que a educação foi posta como um pilar de sustentação dos debates realizados e das ações adotadas.

Nesse período, podemos destacar a aprovação da Lei N.º 10.639/03, que alterava a LDB e instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica pública e privada. Associada à sanção da Lei N.º 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução N.º 1, em 2004, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo a subsidiar, pedagogicamente, o cumprimento da lei em questão. Outra novidade de cunho institucional surgida como forma de buscar a articulação de ações governamentais de natureza educacional voltadas para a valorização da diversidade étnica e cultura brasileira foi a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004, e vinculada ao Ministério da Educação. No ano de 2011 a SECAD passaria a ser denominada de SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) quando incorporou as funções da Secretaria de Educação Especial (SEESP).

A SECADI acabou extinta no ano de 2019, no primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro. Desde 2014, com o avanço da onda conservadora no Brasil e que perdura até os dias atuais, as políticas de educação para a diversidade tem sofrido alguns retrocessos, sendo a extinção da SECADI apenas um desses episódios. Um caso emblemático a ser citado foi a retirada dos termos gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Seguiram a esse episódio, ações similares nos Planos Estaduais de Educação de muitas unidades da federação, sendo que o que pautou a maioria desses debates foi um forte discurso conservador e moralizante.

É necessário, portanto, que estejamos sempre atentos a quaisquer possibilidades de retiradas de direitos, principalmente em relação aos grupos que são historicamente subalternizados. Se essas medidas retrógradas incidem sobre a educação, o problema é agravado exponencialmente, uma vez que comprometemos o futuro das novas gerações, uma vez que contribuiremos para a manutenção de discriminações e violências, bem como negaremos aos nossos estudantes o direito de compreender como esse modelo social foi construído e as ferramentas para transformá-lo.

Fique ligado! Se inscreva.
Nome
E-mail
ENVIAR
Total de Visitantes: 5



# Diversidade e Formação Humana Integral

## A Formação Humana Integral

A formação educacional no Brasil é fortemente marcada pela dualidade, de maneira que o pertencimento dos sujeitos a determinadas classes sociais pode implicar em seu direcionamento formativo ao longo da vida. Para as classes trabalhadoras, historicamente, é destinada uma formação educacional voltada para rápida inserção no mundo do trabalho e em funções eminentemente manuais, enquanto para as classes dominantes é reservada uma educação intelectualizada, de caráter propedéutico, visando à formação universitária que permita aos seus representantes o acesso às profissões dirigentes (CIAVATTA, 2005).

A superação dessa dualidade só é possível mediante a adoção de um modelo de formação que se possa partir da base da superação das desigualdades sociais, assumindo, portanto, um compromisso com a formação humana em suas múltiplas dimensões, garantindo o acesso de todos aos conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade, permitindo o desenvolvimento em cada homem e mulher de uma visão crítica da sociedade, a partir da compreensão de seus aspectos históricos, políticos, sociais e culturais. É necessário, ainda, pensar em uma nova concepção de escola comprometida com esses ideais.

A escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura, etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às condições necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social.



A escola unitária ou de formação humanista (entendendo este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, já que estas podem obrigar os jovens a uma certa colaboração produtiva imediata.



Alguns aspectos da escola unitária de Gramsci devem ser enfatizados, conforme Moura (2013) salienta, quais sejam: o conceito de humanismo não vinculada à sua produção tradicional, mas em uma formação humana em sua totalidade e, em decorrência desse aspecto, a rejeição a um modelo de escola voltada à profissionalização associada à predeterminação das atividades profissionais futuras (concepção de escola interessada que se propunha ao atendimento de demandas imediatas do trabalho).

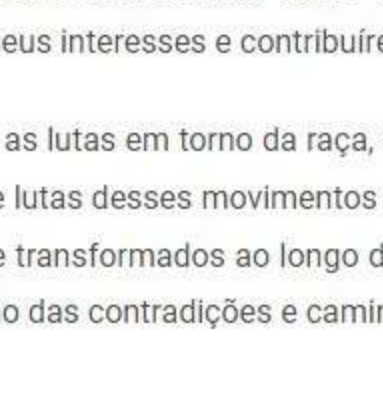
Convergiu com o ideal da escola unitária, um modelo formativo que se pautou pela superação da dualidade educacional e se projetou nas múltiplas instâncias da vida deve ser político, "isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida" (RAMOS, 2006, p. 2). É importante enfatizar que o termo "político" difere significativamente do que sua etimologia sugere, não se restringindo a uma formação em múltiplas sciences, sendo, na verdade, "uma educação que possibilite a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas" (RAMOS, 2006, p. 3).

A concepção de política descrita acima aproxima-se da mesma defendida por Karl Marx. Muito embora não tenham desenvolvido uma teoria estritamente política, Marx e Engels asseveraram que era necessário um sistema de ensino abrangente e multifacetado a ser ofertado ao proletariado como forma de avançar esse grupo a níveis superiores aos da burguesia. É a partir desse preceito que são desenvolvidas suas ideias em torno de conceitos como política e omilateralidade.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que não há consenso entre os autores em relação a uma definição fixa em torno dos termos política e omilateralidade, de modo que adotaremos, por julgarmos a argumentação pertinente, o entendimento de Sousa Junior (1999) em torno desse debate. Segundo esse autor, a gênese da política encontra-se justamente no modo de produção capitalista, que demanda trabalhadores com múltiplas habilidades, principalmente com a expansão da maquinaria industrial, capazes de serem alocados conforme a necessidade do sistema produtivo. De tal modo, que essa visão de política cunhada no modo de produção burguês em nada contribui para a emancipação e formação humana em suas múltiplas vertentes.

As bases do pensamento marxista sobre a educação consistiriam, então, em:

- 1) Educação intelectual, 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares, 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.



Se a ideia de política cunhada por Marx representava um modelo de concessão da classe trabalhadora no contexto do sistema capitalista, a ideia de omilateralidade só possui sustentação em um cenário de superação desse modelo econômico, de tal modo que a formação omilateral seria a culminância da formação dos homens livres e não alienados. Para tanto seria necessária a abolição da propriedade privada e realignamento da ideia de riqueza que seria deslocada da acumulação material para uma condição de homem formado em sua totalidade (SOUSA JUNIOR, 1999).

A vinculação da formação omilateral ao fim da propriedade privada é determinante para a conclusão de que esse modelo de educação é incompatível de ser aplicado no modo de produção capitalista, evidenciando sua distinção em relação à política. Sousa Junior (1999) salienta que Marx não fez nenhuma definição ou relação de conteúdos necessária à formação omilateral, contudo esse modelo formativo romperia totalmente com o modelo capitalista nos níveis da moral, da ética, da teoria, da prática e nas demais esferas da vida social.

O contexto social, político e econômico existente durante a elaboração da teoria marxista é qualitativamente diferente do que encontramos atualmente, seja devido ao avanço e reconfiguração do sistema capitalista, seja pela emergência de um novo modelo de Estado. Contudo, a percepção acerca da importância de uma formação educacional ampla como forma de promover mudanças estruturais no modelo social é extremamente atual e capaz de fornecer bases concretas para a transformação da sociedade subjugada pelo neoliberalismo.

As concepções de escola unitária, política e omilateralidade são convergentes e conungam da ideia de totalidade na formação humana, ou seja, partem do princípio de oferta de uma formação integral.



Considerando que o modelo econômico neoliberal sedimentado no modo de produção capitalista, é o predominante no mundo, é fácil depreender que o modelo de sociedade idealizado por Marx, Engels e também por Gramsci ainda não foi alcançado, afastando a possibilidade de ascensão da formação integral ao modelo formativo predominante na sociedade, a ser desenvolvido para homens e mulheres sem qualquer reservas por origem social ou passividade de classe. A despeito dessa frustração, quanto ao modelo econômico hegemônico na sociedade contemporânea, o sentido de integração pressupõe por algumas diversificações, a depender do recorte analítico sob o qual o visto, além de reforçar o caráter polissêmico de alguns termos. Ramos (2008) nos apresenta três sentidos distintos para a integração nos dias atuais: a formação omilateral, a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica e a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

## Formação Humana Integral e Diversidade

Uma perspectiva de Formação Humana Integral, comprometida com a emancipação humana, inevitavelmente deve se ater às particularidades relacionadas à diversidade humana, buscando a compreensão dos fenômenos relacionados à variabilidade de identidades e suas construções históricas e sociais.

Um ponto central relacionado à superação da dualidade na formação educacional tradicional, e diretamente relacionada à temática da diversidade, refere-se ao posicionamento das classes sociais em última instância. Na proposta deste trabalho, admitimos a divisão de classes sociais como um dos fatores mais importantes na produção de tais desigualdades, porém também se reconhece que existem outros elementos igualmente determinantes para as discrepâncias sociais e que ocorrem inter e intra-classes, permeadas por relações de poder, subjetividades e elementos morais e culturais historicamente construídos. De tal modo, pensamos os marcadores sociais como raça, gênero, sexualidade, deficiência e classe, dentre outros, como interligados. Não se trata, portanto, de pensar uma extensão do conceito de classe, mas de pensarmos de maneira articulada como esses elementos se relacionam e, principalmente, densam-se subjulgados pelo sistema capitalista, de modo a atenderem aos seus interesses e contribuir para a sua reprodução e motor produtivo de desigualdades.

É importante que, antes de tudo, entendamos que muito embora as lutas em torno da raça, etnia, gênero, sexualidade e deficiência tenham ascendido em um contexto de pós-modernismo, não requer que as interpretações e lutas desses movimentos sejam reduzidas a produtos do capitalismo tardio. Acima de tudo, devemos ter em mente que a ideia podem e são construídas e transformadas ao longo do tempo e que somente com o debate de alto nível, garantido por uma formação ampla e integrada, podemos avançar na superação das contradições e caminhar em direção a transformação da sociedade.

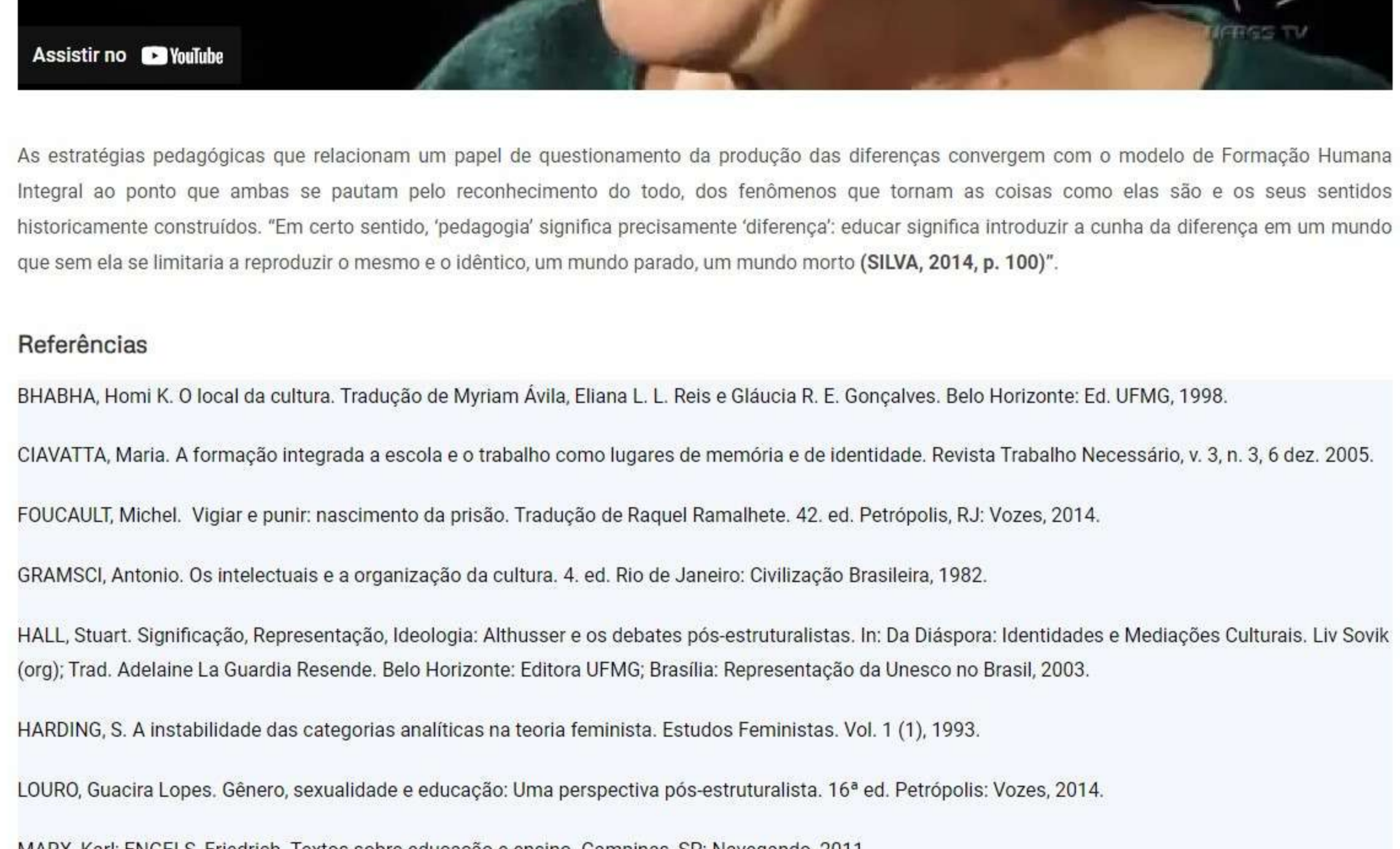
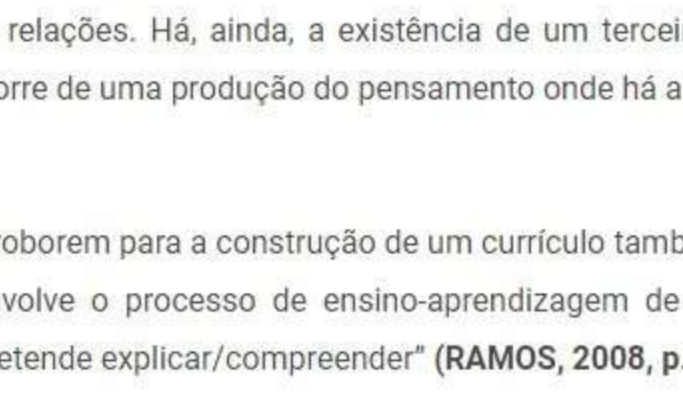
Tal tipo de pós-modernismo – uma espécie de relativismo orientado –, quando impregnado, assume uma postura defensiva ainda mais alienada e distante das necessidades políticas e intelectuais que orbitam o dia-a-dia de nossos pensamentos e práticas sociais. Em resposta, nos perguntamos como é possível não querer proclamar a realidade das coisas diante dos nossos "dominadores" e de nós mesmas, expressando assim nossa oposição aos silêncios e mentiras emanados dos discursos patriarcal e de nossa consciência domesticada. Há, por outro lado, fortes razões para acolher a suspeita feminista pós-moderna quanto à relação entre as definições admitidas da "realidade" e o poder socialmente legitimado.



Do mesmo modo que não podemos universalizar a formação das identidades e dos sujeitos em quanto detentores da essência do ser, a partir da ideia de que mulheres e homens, homossexuais e heterossexuais, negros e brancos, pessoas com e sem deficiência, dentre outros binarismos, possam guardar experiências, valores e epistemés que permitam generalizar suas condições humanas, não devemos nos restringir a ideia de que não possam haver elementos estruturantes que nos entrem em uma noção de coletividade. Talvez esse ponto seja uma das principais fraquezas do movimento identitário pós-moderno que ao defender os particularismos e as justas causas por igualdade e reconhecimento, não oferece estratégias que permitam uma ampliação do senso coletivo. É nesse ponto também que reside a tensão entre políticas críticas e pós-críticas e entre o determinismo econômico e os demais marcadores sociais.

Em sua análise da obra de Georg Lukács, História e Consciência de Classe, Jameson defende que as pautas defendidas pelos movimentos feminista, LGBTQIA+, minorias raciais e étnicas, pessoas com deficiência, etc. agregaria uma ampliação da compreensão dos fenômenos sociais à luta proletariada pautada na noção de classe, de modo que enquanto pertencentes à uma classe, mas com pontos de vista específicos baseados em suas experiências particulares de exploração e dominação, poderiam contribuir para a construção de novas formas de conhecimento. Tal ponto argumentativo tem influência direta na Teoria do Ponto de Vista da qual toda parte do movimento feminista tem buscado suporte.

A "teoria do ponto de vista" feminista, que tem gerado algumas das mais agudas dessas críticas, agrava ainda a experiência fenomenológica específica das mulheres na ordem social patriarcal como uma submissão estrutural igualmente "excepcional", mas muito diferente da restrição negativa da classe trabalhadora. Essa experiência gera novas e positivas possibilidades epistemológicas, tematizando distintas das quais enumeradas pela tradição marxista. Ao ênfase aqui – cuja relação varia conforme a descrição, nesta teoria em plena elaboração – incluem uma experiência do corpo radicalmente distinta da dos homens, ou mesmo dos trabalhadores do sexo masculino (ainda que o que se pressupõe é que se trata de uma experiência da verdade mais profunda de toda experiência corporal, geralmente mascarada da consciência dos homens)



Em outras palavras, para Jameson (1988) a dispersão dos movimentos sociais pode levar ao relativismo e, por consequência, na inviabilização de um movimento unificado em busca da transformação social. Contudo, tais movimentos, a partir de suas experiências podem contribuir para a construção de novas formas de conhecimento. A forma de garantir a viabilidade das pautas e dos movimentos sociais, bem como a construção de um movimento unificado seria justamente se houver uma negligência na crítica ao capitalismo tardio – de onde parte sua obra crítica do pós-modernismo.

Para que essa construção de novas epistemologias seja possível é necessário sair um pouco dos ambientes onde a produção é de fato realizada, direcionando o foco para as demais instituições da sociedade em que as relações sociais são produzidas e se tornam reproduzidas das estruturas sustentadoras do modo de produção capitalista.

As relações sociais de produção são necessárias a existência material de qualquer formação social ou modo de produção, mas os elementos ou os agentes de um modo de produção, especialmente no que diz respeito ao fator crítico do trabalho destes, tem que ser continuamente produzidos e reproduzidos. Althusser argumenta que, cada vez mais as formações sociais capitalistas, o trabalho não é reproduzido dentro das próprias relações sociais de produção, mas fora delas. Certamente, para ele não se trata apenas de uma reprodução biológica ou técnica, mas também de uma reprodução social e cultural. É produzido no domínio da superestrutura em instituições como a família e a Igreja. Requer instituições culturais como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos etc. que não estão diretamente ligados a produto em si, mas que exercem a função crucial de "cultivar" um certo tipo de trabalho moral ou cultural – aquilo que o modo capitalista moderno de produção requer



Hall (2003) chama a atenção para a escola enquanto uma das instituições onde tais relações sociais são produzidas, tendo como função principal a formação de trabalhadores com as capacidades técnicas necessárias ao modo do sistema produtivo. Neste aspecto, podemos destacar, portanto, o papel reprodutivista da escola em relação às estruturas produtoras de desigualdades da sociedade, percebendo como ela, historicamente, exerceu uma função distinta.

Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu, também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas



Uma das formas de garantir e produção dessas diferenças, assegurando a manutenção de padrões hierárquicos, é a partir de um forte regime disciplinar. A disciplina, como bem assinala Foucault (2014), se utiliza de processos de separação e verticalizações de modo a contribuir com a definição de redes hierárquicas e contenção de ações de contrapoder resistidas à relação de poder existentes.

Em uma palavra, as disciplinas são o conjunto das minuciosas intervenções técnicas que permitem fazer crescer e estender o útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder – que, justamente para tornar as coisas, deve regular. Uma multiplicidade, seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o domínio da disciplina quando a disciplina com a outra se torna forçada.



A história, no entanto, nos ensina a desconfiar das coisas que se dizem em marcha bem na hora, como os trens. Não é que o liberalismo não reconheça a discriminação racial ou sexual – ele sempre esteve à frente dessas lutas. Mas existe um problema nessa noção de igualdade: o liberalismo compreende um conceito não diferenciado de espaço cultural. No momento em que o discurso liberal tenta normalizar a diferença cultural, transformar a pressuposição de respeito cultural mútuo em um reconhecimento de valor mútuo, ele não reconhece as temporalidades distintas e fronteiras das culturas minoritárias e parciais. Há uma interação qualitativa, mas só se partimos de um espaço historicamente congruente; o reconhecimento de diferença e sentido de forma genuína, mas em termos que não representam as genealogias históricas, quase sempre pós-colônias, que constroem as histórias parciais das minorias.



Neste contexto, o modelo de Formação Humana Integral destaca-se por oferecer uma perspectiva formativa que preza pela compreensão do todo para que possamos alcançar uma clareza acerca dos fenômenos presentes na sociedade. Pensando na aplicabilidade de um modelo de formação integral, vislumbramos ao Ensino Médio Integrado uma alternativa potencial para a inserção da compreensão crítica da diversidade humana no modelo formativo dos discentes. Não se trata, logicamente, de mera transposição teórica para o ensino da disciplina, mas de uma revisão teórica que busca evidenciar as novas formas de dinâmica social visando sua ampliação e fenômeno ao período e contexto histórico vigentes.

Para tanto, partamos da proposta de integração defendida por Ramos (2006, p. 20), que visa "possibilitar às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica", uma vez que essa finalidade vai de encontro à ideia de que a diversidade está envolta de uma série de relações específicas e historicamente construídas. A proposta do autor tem por base dois pressupostos: o caráter histórico-social do homem que intervém na natureza para atender às suas necessidades e que a realidade concreta é um todo, sintese de múltiplas relações. Há, ainda, a existência de um período pressuposto decorrente dos dois anteriores e que é de ordem epistemológica, em que o conhecimento decorre de uma produção do pensamento onde há a apreensão das relações que constituem e estruturam a realidade objetiva.

A ideia central é de que esses pressupostos sejam aplicados no ensino médio integrado e corroborem para a construção de um currículo também integrado e interdisciplinarmente construído. "O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender" (RAMOS, 2006, p. 22).

Ramos (2008) defende o uso da interdisciplinaridade como método, é a reconstrução da totalidade pela relação entre os conceitos desenvolvidos a partir de distintos recortes da realidade. Essa ideia vai de encontro à ideia defendida por Ciavatta (2005), que atribui à emancipação humana um caráter de totalidade, sendo produzida em todos os meandros onde a vida está inserida. Deste modo, podemos inferir que dentro do ideal de Formação Humana Integral a interdisciplinaridade assume aspectos de compreensão da totalidade das relações e fenômenos presentes na sociedade e que é a partir da compreensão desse todo que podemos alcançar a emancipação humana.

Para que a diversidade seja compreendida como elemento básico na construção de uma ideia de Formação Humana Integral é preciso que vislumbramos as possibilidades de sua inserção nas práticas pedagógicas, distinguindo aquelas de inspiração liberal das que estão realmente comprometidas com a superação das desigualdades e com o respeito e valorização das diferenças. Silva (2014), neste aspecto, apresenta importantes considerações. De início, segundo este autor, é necessário que identifiquemos como traduzir elementos relacionados à identidade e à diferença em termos de currículo e pedagogia. Tais questões manifestam-se tanto como problemas sociais quanto problemas pedagógicos e curriculares.



Para o autor, a grande problemática dessa estratégia é justamente relvar as relações de poder e demais fenômenos que atuam para a produção das diferenças e que, momentaneamente, produzem desigualdades sociais.

Outra estratégia discutida pelo autor é de ordem "terapêutica". Nesta estratégia, embora tenha-se a diversidade como algo natural e positivo, as rejeições ao outro tendem a significar problemas psicológicos que requerem intervenções, de modo que o currículo e as práticas pedagógicas devem prever atividades e conteúdos que atuem na conscientização dos discentes.

A estratégia mais comum nas instituições de ensino, contudo, "consiste em apresentar aos estudantes e às estudantes a vida superficial e distante das diferentes culturas" (SILVA, 2014, p. 99). Nesta estratégia é comum tratar as diferenças como características culturais e visuais, muitas vezes folclorizando determinadas culturas, sem maiores preocupações em aderir aos pormenores das relações de poder e fenômenos sociais produtores das diferenças, evitando, deste modo, eventuais confrontos ou dissensões.

As estratégias de abordagem pedagógica da diversidade, das identidades e das diferenças até o momento apresentadas ainda estão bem distantes de se compatibilizarem com o modelo de Formação Humana Integral. Silva (2014) nos apresenta uma proposta de estratégia pedagógica que converge com o modelo de formação emancipatório da formação integral. Tal proposta, segundo o autor, é construída a partir das contribuições da teoria da cultura e se propõe, em sua ideia central, em apresentar proposta curricular e pedagógica que discuta a produção das identidades e diferenças, a partir da compreensão dos mecanismos e instituições que estão envolvidas nesse processo de formação identitária.

A construção de uma política pedagógica e curricular comprometida em discutir a produção das identidades e diferenças não se limita em celebrá-las, mas, acima de tudo, questiona os fenômenos que as produzem, desestabiliza os modelos vigentes e a construção de novas possibilidades (SILVA, 2014).



As estratégias pedagógicas que relacionam o papel de questionamento da produção das diferenças convergem com o modelo de Formação Humana Integral no ponto que ambas se pautam pelo reconhecimento do todo, dos fenômenos que tornam as coisas como elas são e os seus sentidos historicamente construídos. "Em certo sentido, "pedagogia" significa precisamente "diferenc" educar significa introduzir a cultura da diferença em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o mesmo e idêntico, um mundo prático, um mundo morto" (SILVA, 2014, p. 100).

**Referências**  
BHAHHA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. E. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.  
CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.  
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalho. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1972.  
HALL, Stuart. Significação, Representação, Ideologia. Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Livy Sivik (org.). Trad. Adriane La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação de Ubesco no Brasil, 2003.  
HARDING, S. A. Inhabitable das categorias analíticas na cultura. Estudos Feministas. Vol. 1 (1), 1993.  
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.  
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. Campinas, SP: Navarrete, 2011.  
MOURA, Dantas Henrique. Ensino médio integrado: subunção ao sistema ou capital ou transição para a formação humana integral? Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 105-120, Set. 2013. Acesso em: http://www.scielo.br/revista.php?scieloa=art&at=61517-97022013000100010&lng=en&em=29 Jun. 2020.  
RAMOS, Marise. Concepção de ensino médio integrado. (Versão ampliada de outro título "Concepção de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional", neste foi incorporado discussões realizadas no seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná nos dias 08/09/maio/2008). Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/bitstream/handle/2008/1/6910/concepcao-de-ensino-medio-integrado-marise.pdf?pdf=1. Acesso em: 29 Jun. 2020.  
SILVA, Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Suzar Hall, Katherin Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
SOUSA JUNIOR, Justino de. Política e omilateralidade em Marx. Trabalho & Educação: Revista do NETE. Belo Horizonte, n. 9, p. 110-114, jan/jul., 1999.